

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Obriga o ressarcimento, por parte de hospitais, postos de saúde e clínicas, aos profissionais de saúde que tiverem adquirido equipamentos de proteção individual por conta própria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os hospitais, postos de saúde e clínicas, públicos e privados, deverão ressarcir os profissionais de saúde que tiverem adquirido por conta própria equipamentos de proteção individual (EPI) recomendados pela Anvisa, desde que fique comprovada a falta de tais equipamentos na época da aquisição.

Parágrafo único. O ônus da prova cabe aos hospitais, postos de saúde e clínicas.

Art. 2º O ressarcimento pela Administração Pública deverá observar o seguinte procedimento:

I - O profissional deverá fazer solicitação por escrito, datada e assinada, que conterà a descrição do equipamento adquirido, o quantitativo e o valor pago;

II - A nota fiscal do equipamento deverá ser apresentada juntamente com a solicitação;

III - A unidade responsável deverá elaborar pesquisa de preço, considerando o período em que o equipamento foi adquirido, para que fique comprovada a compatibilidade do valor pago pelo profissional;

IV - Comprovada a compatibilidade do valor pago, a autoridade da unidade responsável dará publicidade ao ato e determinará o ressarcimento ao profissional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagirão à data inicial do estado de calamidade pública de que trata o Decreto nº 6, de 20 de março de 2020.



JUSTIFICAÇÃO

Tem sido noticiado que muitos profissionais da saúde têm comprado os próprios equipamentos de proteção individual (EPIs), diante da falta desses em hospitais, postos de saúde e clínicas.

Diante de tal absurdo, é necessário que a legislação estabeleça o ressarcimento obrigatório aos profissionais da saúde que adquiriram o equipamento por conta própria.

Porém, a fim de evitar abusos, também devem ser estabelecidas certas condicionantes, como a comprovação da falta dos equipamentos à época da aquisição e, no caso de ressarcimento pelo Poder Público, a abertura de procedimento formal, contendo solicitação, nota fiscal, pesquisa de preço e decisão pela autoridade responsável.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)



SF/20845.61639-10